

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
Herbert Victor Levy

Luiz Fernando Ferreira Levy
Paulo Roberto Ferreira Levy
Luiz Fernando Cirne Lima

GAZETA MERCANTIL

Quarta-feira, 12 de maio de 1993

DIRETORIA
Diretor-Presidente
Luiz Fernando Ferreira Levy

Diretores Vice-Presidentes
Henrique Alves de Araújo
José Andretto Filho
Roberto Müller Filho
Roberto de Souza Ayres

Página 4

“As conseqüências vêm depois”

Um conjunto de notícias, nos últimos dias, nos “fronts” econômico e social mostra à perfeição o tipo de impasse e de constrangimento que vive nosso povo nestes difíceis momentos de indefinição econômica.

Nota em nossa edição de ontem revela que um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) descobriu que a inflação está empurrando a classe média inexoravelmente para a pobreza.

Esse contingente populacional, definido no estudo como os que estão desde os 20% mais pobres da população até os 20% mais ricos (são, portanto, os 60% intermediários, ou 90 milhões de brasileiros), perde na média 0,22% na renda a cada ponto percentual da taxa mensal de inflação.

Na outra ponta, o nível de emprego, medido pela FIESP, cresceu 0,24% em abril. Foram criados cerca de 3.700 novos postos de emprego na indústria, o que confirma uma tendência de retomada do emprego que começou em janeiro. Na construção civil houve contratações de 6.117 operários e cresceu 0,92% a taxa de ocupação, o que inverte uma tendência negativa registrada no acumulado do ano, de -5,4% no nível de emprego nesse setor.

Ora, tais dados são alentadores, ainda que se saiba que representam tendências incipientes e quem sabe mesmo episódicas de desempenho da economia brasileira, pendente ainda de grandes indefinições sobre o que esperar do futuro.

De fato, não é possível ser muito esperançoso, no atacado, quanto às perspectivas globais de retomada dos negócios quando sabemos dos obstáculos hoje existentes a esse lançamento.

Enquanto não houver clareza, na opinião pública, sobre quais serão os contornos da ação do Estado e, sobretudo, enquanto não houver a disposição política de promover uma estratégia de crescimento econômico sustentado, nossos índices ficarão, assim, ora um pouco bem, ora um pouco mal, como um doente crônico, sem desenlace nem esperança.

E é bem provável que uma das causas da não solução estrutural desses problemas passe por uma quarta notícia da edição de ontem: a que dava conta de que o procurador-

geral da República, Aristides Junqueira, tinha ingressado, na segunda-feira, no Supremo Tribunal Federal (STF) com duas ações diretas de inconstitucionalidade. Ele pretendia obstar o aumento de 367% concedido, há poucos dias, aos funcionários do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União.

O procurador-geral quer que o STF suspenda imediatamente os aumentos até o julgamento final das ações, “porque sua aplicação causa grave lesão à economia pública, de forma continuada, de mais que incerta reparação”. Tal aumento, para Junqueira, é incompatível com a Lei de Isonomia Salarial entre os três poderes.

Ora, um país exaurido pela recessão (causada em boa medida pelos desequilíbrios do setor público) e duramente punido com a recessão não pode compadecer-se com esse ato de demagogia e cara-durice. Fez muito bem o procurador-geral. Até onde chegaremos?

Parece-nos, a nós, aqui, da planície, longe

do Planalto, que a grande questão é que o orçamento federal está sem guardião, sem fiador. Qualquer um, bastando amealhar poder suficiente para tanto, pode chegar e pespegar uma conta, por descabida que seja, nas costas do contribuinte.

E esta não é uma pequena questão, porque da saúde do orçamento federal, já sabemos à exaustão, depende a saúde da moeda; e da saúde da moeda, a taxa da inflação. E da taxa da inflação, o grau de tranquilidade ou intranquilidade da Nação.

Ora, a julgar pelo que andam tramando salarialmente duas das mais ilustres instituições da República, o orçamento está sem guardiões.

No passado, frente a uma situação de descalabro e irresponsabilidade orçamentária, entre outros fatores, o País acabou optando pela ditadura. E o que estamos vendo, em quase dez anos de liberdade, é que não conseguimos fazer essa guarda democráticamente. Como dizia conselheiro Acácio, “as conseqüências vêm depois” e aí pode ser que os que tinham condições de fazer algo pela responsabilidade política na condução do orçamento se arrependam. Mas aí talvez seja tarde demais.